



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638553 - SC (2021/0001137-2)

RELATOR : MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK
IMPETRANTE : GIAN CARLOS GOETTEN SETTER
ADVOGADO : GIAN CARLOS GOETTEN SETTER - SC019798
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JOSE ADAIR AGUIAR DE SA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE ADAIR AGUIAR DE SA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (HC n. 5046332-96.2020.8.24.0000/SC).

O paciente foi condenado às penas de 4 anos, 5 meses e 10 dias de reclusão, em regime semiaberto e de multa, em continuidade delitiva, como incurso no art. 1º, inciso II, c/c o art. 11 e art. 12, inciso I, da Lei n. 8.137/1990.

O impetrante sustenta que seria indevido o aumento decorrente da incidência da causa de aumento relacionada ao grave dano à coletividade prevista no art. 12, inciso I, da Lei n. 8.137/1990.

Aduz que a majoração pela continuidade delitiva seria desarrazoada.

Aduz ser indevida a condenação na reparação dos danos por crime Tributário, haja vista a existência de execução fiscal para tanto.

Requer, liminarmente, a suspensão do cumprimento da pena imposta até o julgamento do mérito do *mandamus*, e, por fim, a redução da pena aplicada ao paciente, com a fixação do regime inicial aberto e a substituição da sanção estabelecida por restritivas de direitos.

É, no essencial, o relatório. Decido.

O *writ* não merece prosperar.

A decisão impugnada foi proferida por desembargador. Não há acórdão sobre a matéria suscitada na presente impetração, o que inviabiliza seu conhecimento pelo Superior Tribunal de Justiça.

Registre-se que "a competência do STJ para examinar *habeas corpus*, na forma do art. 105, I, 'c', da CF, somente é inaugurada quando a decisão judicial atacada tiver sido proferida por tribunal, o que implica a exigência de exaurimento prévio da instância ordinária, com manifestação do órgão colegiado" (AgRg no HC n. 600.555/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 24/8/2020).

Ante o exposto, com fundamento no art. 21, XIII, c, c/c o art. 210 do RISTJ, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Cientifique-se o Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 08 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente